



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

**AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 01/2022**  
**RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2022, às 09 horas, em ambiente virtual, realizou-se a audiência pública, referente à Concessão onerosa de uso de bem público para instalação de parque eólico para geração de energia elétrica na Laguna dos Patos, cujo Aviso de Audiência Pública e Consulta Pública 01/2021 foi publicado no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 2021, página 156, edição nº 257, no jornal de grande circulação Correio do Povo de 03 de janeiro de 2022 e no sítio eletrônico: <https://www.sema.rs.gov.br/concessao-da-laguna-dos-patos>, no qual foi igualmente publicado o Regulamento da Audiência Pública. A Audiência Pública foi instalada a partir de fala da Sra. Julia Machado que informou aos presentes a duração do evento, as regras para manifestação escrita e oral, bem como o tempo disponível para manifestação de cada um dos interessados e, em seguida, o Sr. Guilherme de Souza, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA/RS e presidente da Mesa Diretora realizou a fala de abertura da audiência pública. Depois da apresentação dos demais membros integrantes da Mesa Diretora – o Sr. Ebersom José Thimmig Silveira, Diretor do Departamento de Energia; e o Sr. Juliano Heinen, Coordenador Setorial da PGE na SEMA/RS – o Sr. Juliano Heinen realizou a apresentação do projeto de concessão e encerrada a exposição do projeto, oportunizou a manifestação oral dos participantes previamente cadastrados, conforme previsto pelo Regulamento da Audiência Pública, para exposição de suas dúvidas e contribuições relativas ao projeto de Concessão de uso público para instalação de parque eólico para Geração de energia elétrica na Laguna dos Patos. Os interessados foram chamados na ordem de sua inscrição prévia pelo Sr. Juliano Heinen, que lhes indicou o tempo de dois minutos para cada manifestação e que precisou que as respostas aos questionamentos e sugestões seriam dadas ao fim da Audiência Pública, bem como posteriormente publicadas em sítio eletrônico. Chamado o **Sr. Celso Eduardo Medeiros da Silva**, registrou a importância desta iniciativa para o Estado do Rio Grande do Sul, pois a energia eólica é uma energia de geração limpa e necessária para trazer o desenvolvimento sustentável. Ademais, parabenizou todos os envolvidos. Quanto ao edital da concessão, considerou que trouxe esclarecimentos e irá encaminhar considerações via e-mail. Chamado o **Sr. Guilherme Trindade Sari**, iniciou parabenizando a SEMA/RS por este momento, ou seja, o compromisso do governo do estado ao abraçar esta oportunidade de investimento trazido pela entidade (SINDIENERGIA), ainda em 2019. Hoje se discute o uso da concessão da laguna dos patos, este é o estágio atual. Existe um GT de offshore que está há mais de um ano discutindo essas concessões das lagunas, que envolve diversas entidades. O grande interesse é no potencial das atividades. Chamado o **Sr. Pedro Schuch Mallmann**, parabenizou os envolvidos pelo evento. Chamada a **Sra. Liandra Caldasso**, faz os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

seguintes questionamentos: Por que a pressa? Por que apenas 19 dias de consulta pública em relação a um assunto tão importante para a sociedade gaúcha e indiretamente aos pescadores que usam a laguna dos patos como seu meio de subsistência? Em relação aos pescadores, que são comunidades tradicionais, resguardados pelo DEC. 6040/2007 e pela OIT 169 que garante o livre acesso à informação em processo de seu interesse, porque os pescadores não foram consultados previamente? **Resposta:** Não há pressa nos estudos. O edital foi publicado dia 03 de janeiro e nós temos que respeitar o prazo legal previsto no art. Art. 39 da Lei. 8.666/93. Serão 3 (três) anos de estudos ambientais com acompanhamento dos técnicos da Sema/RS, Fepam e Ibama, notadamente no que se refere às aves. Ademais, já existe estudo do ICMBIO sobre a rota das aves na Laguna dos Patos, na parte leste há uma rota maior de aves migratórias do que na parte oeste. Quanto à pesca, o Dr. Paulo Tagliari, professor da FURG, tem um estudo muito interessante sobre a eólica na Laguna dos Patos e demonstra a não evidência do prejuízo à pesca na instalação dos aerogeradores. Esses estudos foram medidos na Holanda e na Dinamarca, mesmo se assim não fosse, as comunidades pesqueiras serão contatadas durante a fase de estudos da fauna lacustre e deverão ser objeto do estudo ambiental. O edital é um marco inicial, é o primeiro ponto, ou seja, não se está dispensando análise do impacto ambiental ou legislações que regulamentam o tema. Todos esses pontos deverão ser respeitados pelo empreendedor. Chamada a **Sra. Tatiana Walter**, questiona quantas pessoas estão inscritas para manifestação oral e menciona a dificuldade para as pessoas lidarem com dois dispositivos ao mesmo tempo. Afirma que ao conceder a laguna dos patos, mesmo pensando em estudos posteriores para geração de energia eólica está privilegiando uma atividade econômica em detrimento de outras. Os estudos devem ser feitos com zoneamento ecológico econômico e com avaliação ambiental estratégica, avaliação ambiental integrada com todos os setores e não direcionado à energia eólica pra depois se discutir qual atividade econômica é mais sustentável. **Resposta:** Foram aproximadamente 60 pessoas inscritas. A metodologia desta audiência pública segue o mesmo parâmetro de outras audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa, Sema/RS e demais secretarias estaduais. Ela é de forma virtual justamente para potencializar a participação de todos e, além disso, ainda estamos em uma pandemia com a variante ômicron muito transmissível e isso impossibilita as audiências presenciais. De qualquer sorte, a aqueles que não puderam se fazer presentes, podem mandar as contribuições através da consulta pública até a data de hoje, 21 de janeiro de 2022. Não há privilégios, mas sim novas alternativas, compatibilizando com aquilo que a laguna pode oferecer. Há uma questão de simbiose, compartilhamento e não de oposição. Chamado o Sr. **Cristiano Quaresma de Paula**, questiona o seguinte: Quais pescadores serão consultados? Qual a forma de consulta? Qual a metodologia que será utilizada? Como considerar as territorialidades? Afirma que é inadmissível esse modelo de consulta pública, onde os pescadores necessitam utilizar dois modelos de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

dispositivos, pois fere a OIT 169. **Resposta:** Em relação aos impactos para a pesca, isso será objeto de estudos e a audiência segue este formato, de acordo com a resposta anterior. Chamada a Sra. **Roxana Ruiz Buendía**, informa que está achando muito difícil esse tipo de participação em audiência pública e questiona o seguinte: Quais serão os empregos gerados em razão dos empreendimentos em parques eólicos? Os planos diretores dos municípios comportam essa realidade ou conseguirão se adequar para garantir os serviços públicos como moradia, saúde, educação e segurança pública? Qual a previsão de empregos diretos, indiretos, temporários e permanentes desses possíveis parques eólicos? **Resposta:** Quanto às dificuldades de participação, conforme já referido se, por acaso, tiver alguma dificuldade ou alguém não conseguiu participar, poderá enviar suas contribuições através da consulta pública. Em relação aos empregos que serão gerados e se os mesmos seguirão as legislações dos municípios. Toda legislação urbanística do município tem sua autonomia e obviamente será respeitada. A geração de empregos seria de aproximadamente 1.200 empregos diretos na construção e aproximadamente 180 empregos na operação, o que pode variar conforme o potencial de geração de cada aerogerador. Chamado o **Sr. Leon Barreto Gonçalves**, manifesta que a legislação prevê royalties somente para empreendimentos petrolíferos e hidrelétricos, então no caso dos parques eólicos que são terrestres os municípios recebem os impostos por estarem instalados em seu território. Como seria a distribuição de impostos para os municípios, sendo que a laguna não é um território municipal? **Resposta:** Essa divisão se dará pela aderência à laguna dos patos. Chamada a Sra. **Fabiane Fonseca**, faz os seguintes questionamentos: Por que a pressa para realização da consulta pública e audiência pública? Quanto às áreas de exclusão de pesca, está sendo propagandeado que não haverá dificuldades para as outras atividades que já ocorrem na lagoa dos patos como a pesca artesanal e a navegação. Como garantir isso, considerando que em volta de cada torre de energia eólica deve haver 500 metros de área de exclusão de qualquer atividade? Como estão prevendo edital para fevereiro sendo que tem uma série de questões a serem esclarecidas, fala-se em documentos e estudos que não foram divulgados, onde está a transparência e publicidade? **Resposta:** Não vemos essas questões como impeditivas, mas podemos receber novas contribuições e não existem estudos comprovando que o empreendimento acabará com a pesca, as áreas que serão ocupadas por aerogeradores serão diminutas em relação à lagoa. O edital não será publicado em fevereiro, pois precisa passar por outras auditorias, levando em conta as considerações feitas aqui. Chamado o **Sr. Olimar Jesus Ferreira**, faz os seguintes questionamentos: É possível rediscutir essa questão da estação eólica com a comunidade, pescadores e outros seguimentos sociais? Essa obra acarretará alguma contaminação nos peixes? **Resposta:** Quanto aos aerogeradores, os mesmos não geram contaminação, por isso que se fala em energia limpa ou renovável. É um aerogerador com uma área de ocupação de 25x5m<sup>2</sup>. Isso pode ser comprovado pelo outros aerogeradores marítimos que temos no mundo e também pelos aerogeradores na terra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

Os pescadores já foram ouvidos em reuniões prévias e serão consultados novamente durante os estudos. Chamado o **Sr. Itom Kuhn**, informa que está representando o Dep. Estadual Zé Nunes, o qual é coordenador da Frente Parlamentar em defesa do setor pesqueiro na AL/RS. Manifesta que acredita nas energias renováveis, mas defende os pescadores e não concorda com o formato da reunião porque dificulta a participação dos pescadores. **Resposta:** O formato da reunião já foi esclarecido anteriormente e os pescadores serão ouvidos novamente durante os estudos. Chamado o **Sr. Nilmar Z3 Pelotas**, manifesta que os pescadores precisam saber onde irá ser o empreendimento, quantas torres eólicas vão ser, qual a distância permitida para pesca. **Resposta:** Serão objeto do estudo na primeira fase deste projeto, que durará até quatro anos. A energia chegará à costa por cabos submarinos, não interferindo na navegação e na pesca e será levado próximo às linhas de transmissão da laguna. Chamado o **Sr. Nilton Mendes Machado**, manifesta que os pescadores não podem perder mais espaço, pois já estão com um espaço limitado. Gostaria que a audiência pública tivesse uma maior abrangência para os pescadores terem a oportunidade de manifestação, pois dependem da Laguna dos Patos para sobreviver. **Resposta:** Nosso projeto base será para 200 megawatts com 34 aerogeradores. Conforme a predominância do vento, na lateral, eles tem uma distância de 680 metros e na direção do vento, próximo à fila tem uma distância de 1.360 metros. A ocupação na água de uma torre é em torno de 20 m<sup>2</sup>, então importante que se pegar um projeto desse tamanho, a ocupação na lagoa para ter como referência é 0,31%. A Laguna tem um milhão de hectares e este projeto deve ocupar uma área de 3 mil hectares. Então temos aí uma ocupação muito pequena. Ademais, a laguna tem outra vantagem, pois tem menos impacto na questão da salinidade por ser água doce e os equipamentos subterrâneos para ligação dos aerogeradores ficam no leito da laguna, não prejudicando a pesca, já que a área ocupada será de 0,002%, então permite a circulação entre os aerogeradores para determinadas atividades. Chamada a **Sra. Daniela Cardeal de Souza**, parabeniza o governo do estado, a SEMA/RS, Casa Civil e Assembleia Legislativa pela realização da audiência pública da Laguna dos Patos para geração de energia limpa, renovável e de baixo impacto ambiental. Informa que o Sindienergia está trabalhando desde 2019 com este tema e quer repetir a experiência no modelo de offshore, onde desenvolveram ritos de licenciamentos e regulamentação desde 2002. Assim, estão reunindo informações, sugestões para atualizar os dados do atlas eólico do Rio Grande do Sul e o zoneamento ambiental eólico, comunidades pesqueiras, dentre outras comunidades que utilizam a laguna já estão sendo ouvidos e serão parte da concessão de cada projeto. O licenciamento ambiental irá reger todos os ritos, desenvolvendo projetos com impactos positivos para comunidades e meio ambiente. Chamada a **Sra. Bianca Caetano**, fez os seguintes questionamentos: Como estão pensando sobre a instalação deste parque eólico? Por onde viriam os equipamentos que são extremamente pesados? Se for por barcos como será utilizada a Laguna dos Patos, já que é uma lagoa rasa? Seria necessário realizar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

drenagem? Como estão sendo pensados todos estes impactos? Como vai ser essa instalação? Como pretendem fazer uma instalação de um parque eólico sem ter o impacto negativo, tanto na questão da biodiversidade da lagoa, quanto das comunidades tradicionais. Mencionou ainda que este formato de audiência desconsidera a comunidade da pesca, comunidade quilombola e indígenas, não está sendo feita uma consulta realmente popular a respeito de como vai ser toda essa questão da instalação dos parques eólicos. **Resposta:** Quanto ao formato da reunião já explicamos anteriormente. Os parques eólicos na laguna tem uma vantagem de não ter um custo transacional e a externalidade negativa de ser transportado por estradas. Há uma possibilidade de todos os equipamentos serem encaminhados pelo Porto de Rio Grande e por balsas serem encaminhados aos locais. Então, não deverá existir dragagem. De qualquer sorte, isso fará parte do licenciamento ambiental que será exigido. Não deve existir contaminação ou prejuízo ambiental, porque as peças podem ser encaminhadas por balsas até os locais de origem. Chamado o **Sr. Irandi da Silveira Rodrigues**, manifesta que o empreendimento poderá acarretar a perda do espaço material pelos pescadores, acidentes de embarcações em tempestades, mudança de cardumes de peixes dentro da lagoa, mortalidade de aves migratórias e mudança de clima e vento. Por que o parque eólico não é construído em terra? Como ficam os pescadores? Não podemos perder espaço, pois sobrevivemos da lagoa. O nosso estado e município gera muita renda com camarão, corvina e tainha. O formato da audiência pública prejudica os pescadores, pois 95% não conseguem acessar computador, não possuem um telefone com tecnologia adequada e até mesmo internet. **Resposta:** Quem dirá isso não é a Sema ou a FEPAM, mas sim, a capitania dos portos, a qual deverá se manifestar se há ou não possibilidade daquele local poder absorver esse parque eólico. O edital, em uma de suas cláusulas diz expressamente respeito às normas de navegação. Não há evidências de mudança de cardume porque você tem uma estrutura somente naquele local e os cardumes podem continuar se deslocando. Sobre as aves migratórias haverá estudos ambientais e medidas compensatórias, se for o caso. Já houve duas reuniões com os pescadores, com a Z1 e Z3, da qual o senhor também participou. Quanto ao formato da audiência, o assunto já foi tratado anteriormente. Chamada a **Sra. Mariana Santos Lobato Martins**, manifesta que foi falado na audiência em um percentual de 0,83% da laguna para os projetos eólicos. Os parques eólicos que estão sendo licenciados offshore são 05 no Rio Grande do Sul, eles variam de 52 a 482 aerogeradores. Um parque de porte médio, de 77 aerogeradores tem uma área de 218km<sup>2</sup>, considerando essa área e fazendo o percentual da área da lagoa que é de 10.144km<sup>2</sup>, só um parque eólico dá 2% da área lagoa. O licenciamento será de 12 lotes, de onde veio o 0,83%? Onde estão os estudos? Quantos parques eólicos irão permitir? Qual o tamanho? O que é considerado pequeno ou médio porte pra dentro de uma lagoa? Por que as comunidades não estão sendo consultadas? **Resposta:** Não há indicação de 12 lotes. Além disso, traduz que o parque ocuparia 2% da laguna, sendo mesmo assim uma área pequena. Ademais, a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

questão da ocupação do espaço da lagoa já foi respondida anteriormente para o Sr. Nilton. Chamado o **Sr. José Henrique Muelbert**, mencionou os problemas enfrentados para participar da audiência pública neste formato e em seguida parabenizou a iniciativa de se trazer uma energia renovável para o Rio Grande do Sul e fica surpreso com as manifestações contrárias, pois não houve o mesmo tratamento na audiência pública para instalação de usina termoelétrica que é uma energia que deveria ser desativada no estado que tem implicações para o meio ambiente muito grandes. No Termo de Referência verifica-se que o estudo de modelagem é muito vago. Quais providências serão feitas no termo de referência para mudar a modelagem ecológica utilizada? Qual é o cronograma de divulgação desses estudos e daí sim a audiência pública à população, aos usuários da Laguna dos Patos possam realmente saber quais são os impactos, aonde isso vai ser feito? Quais são as melhorias? Quais são os problemas? Isso é um dever da SEMA e deve ser informado mais claramente. Quanto à modelagem ecológica, qual o cronograma de divulgação desses estudos para que possamos saber quais os impactos?

**Resposta:** levaremos em conta suas considerações para envidar todos os esforços nos estudos. O IBAMA já realizou um TR para eólica marítima, o qual poderá ser customizado para a eólica lacustre. Esse termo de referência foi referendado pelo IBAMA, e a FEPAM já analisou este documento e entendeu que, com algumas adaptações, poderia servir de base ao licenciamento ambiental. Quanto ao cronograma teremos que refinar o edital incluindo as contribuições da audiência pública para aí repensar a publicização do documento. Chamada a **Sra. Juliana Predo Stiffener** a primeiramente parabenizou o estado pela iniciativa de buscar promover o incremento das energias renováveis no nosso estado e no país e enfatizar que o nosso comitê está trabalhando para discutir aspectos socioambientais envolvidos no uso da lagoa, identificando as áreas de maior sensibilidade ambiental em comparação com as áreas de maior potencial e a nossa ideia é justamente contribuir com suporte técnico à Sema nas questões socioambientais a serem consideradas como sugestões a um futuro termo de referência para embasar os processos de licenciamento ambiental e os respectivos estudos a serem realizados. O Sr. Juliano Heinen, informa que as inscrições iniciaram no dia 03 de janeiro de 2022 e poderiam ser feitas até às 09h45min do dia de hoje, isto está nas regras publicizadas no site da sema e em jornal de grande circulação. Notadamente, é possível encaminhar até o dia de hoje, pela consulta pública suas manifestações. Chamado o **Sr. Roberto Verdum**, manifesta que é preciso parar de replicar o mito da energia limpa, se comparados com a emissão da combustão de combustíveis fósseis, ok, mas energia limpa de baixo impacto é uma adjetivação totalmente errada. Gostaria de salientar três aspectos as transformações da paisagem, impactos na avifauna, nos corpos do mar, ou seja, nas dunas da planície costeira que é a área central da instalação dos parques eólicos e, sobretudo identificando mortes de aves e morcegos nesses estudos. Outra questão importante, que trata exatamente do que os pescadores estão falando é a interferência na dinâmica do geomorfológico do complexo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

Isso é muito importante porque é mais um passivo depois de um passivo que já existe. **Resposta:** Os assuntos já foram abordados e será objeto de estudos ambientais sobre a possibilidade de se ter uma eólica na laguna dos patos, sendo previsto um cronograma de até quatro anos para tal. Chamado o **Sr. Caio Floriano dos Santos**, chamou atenção para os problemas do formato da audiência pública e da imprensa para realização da mesma. Manifestação a respeito do impacto ambiental. Reforçou a fala do Professor Roberto Verdum e menciona que não há subsídios para discutir o que ocorrerá na Laguna dos Patos, simplesmente no futuro terão mais estudos. Como é que tomamos uma decisão, se os impactos negativos só descobrirão no futuro. Para tomar uma decisão as informações precisam ser claras. Não é verdade que o grupo não se manifestou contrário, se entrar no processo de licenciamento ambiental tem um parecer do observatório colocando diversos pontos negativos da instalação daquele empreendimento. **Resposta:** Não há pressa, como já mencionado, porque se tem 4 anos para os estudos e para ser possível uma discussão efetiva com o empreendedor, com a SEMA, FEPAM, IBAMA e todos os envolvidos, inclusive pescadores. É necessário que tenhamos cada vez mais parques eólicos e solares para não dependermos do carvão. Precisamos de energia eólica para diminuir a emissão de carvão. Chamado o **Sr. Eduardo Dias Fornek**, faz observação sobre tecnologia limpa e tecnologia renovável. Não é uma tecnologia limpa, porque se fosse não precisava de licenciamento, não haveria nenhum impacto ambiental, portanto é tecnologia renovável e tem impactos sobre avifauna, pescadores, circulação de vento, impacto na paisagem, são questões importantes. O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que apontam para necessidade de articular com outros países e essa não é uma decisão exclusiva do estado. Então qual a competência da SEMA para licenciar um empreendimento que afetará aves migratórias, que circulam por todas as américas, no qual o Brasil é signatário de vários acordos? **Resposta:** Essa dicotomia entre o termo “energia limpa” e “renovável” não possui consenso. Os estudos virão em até anos, momento em que todos esses elementos serão objeto de análise e construção. O IBAMA pode ter a competência na questão das aves, nos assuntos envolvendo questões ambientais. E a FEPAM pode atuar no licenciamento de pesca, na fauna lacustre e da flora e beleza cênica em relação aos parques eólicos e cada município nas questões urbanísticas. Mas quem define isto é a conforme na Lei Complementar nº 140/02. A competência da SEMA, segundo o edital no item 6 e 7, tem o controle total do projeto podendo vetar o projeto se não cumprir todas as regras, então a competência da Sema é fiscalização, gestão, refinamento e impedimento de um projeto que não cumpra com todas as leis. Chamada a **Sra. Lucia Anello**, reitera os problemas da plataforma para acompanhamento da audiência pública e transparência do processo, o que dificulta a participação do público interessado. Onde estão os elementos da avaliação ambiental estratégica que diz que a concessão para parques eólicos é a melhor estratégia para a Laguna dos Patos? Nós temos outras possibilidades para a Laguna dos Patos, tanto do ponto de vista da geração de energia,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

quanto de outras modalidades de atividades econômicas. Há necessidade de abrir este debate. O segundo ponto é que quem propôs a concessão onerosa não conhece absolutamente nada do ambiente aquático da lagoa e nem de como funciona as dinâmicas de navegação e pesca na Laguna dos Patos ou mesmo em outros corpos d'água porque não é a área que ocupa um aerogerador ela não pode ser calculada pela área dele, não é assim que se calcula uma área de ocupação de espaço, uma fragilidade técnica e uma fragilidade conceitual sobre o uso e a ocupação dos espaços. **Resposta:** Estamos tentando ser o mais transparente possível: publicamos em jornal, no site da SEMA/RS, no Diário Oficial a chamada pública, realizamos reuniões com os pescadores e também com outras entidades e estamos aqui para qualquer dúvida a ser sanada e este processo está sendo auditado por todos os órgãos do Estado. No que se refere à análise ambiental estratégica, neste assunto nos valem de vários mapas como do ICMBIO e Atlas Eólico, mas ainda é uma análise pouco profunda. Os estudos serão aprofundados pelo empreendedor com acompanhamento dos técnicos da Sema e Fepam. O fluxo do entorno deverá ser considerado, não há dúvidas disso. Chamado o **Sr. Neromar de Araújo Guimarães**, colocou o seguinte questionamento: Como está sendo pensada a situação dos pescadores artesanais que serão afetados diretamente? Pensa que teria que ter outra forma de participação do pescador, pois muitos gostariam de se manifestar, mas pela dificuldade de acesso não o farão. **Resposta:** Em relação à situação dos pescadores, colocaremos no edital que as eventuais medidas compensatórias poderão ser revertidas para apoio ao trabalho dos pescadores. Chamada a **Sra. Erenice de Araújo Duarte**, se manifesta contra a instalação do parque eólico na Laguna dos Patos, pois só terão prejuízos prendendo as redes nas torres e podendo causar acidentes das embarcações nos dias de vento. Entende necessário realizar outra audiência com outro formato, pois 90% dos pescadores não conseguiram participar e é importante ouvi-los. Que garantias terão de que os pescadores não serão afetados? **Resposta:** Quanto às garantias da pesca já falei anteriormente. Chamado o **Sr. Matthews Rocha Melo**, exige que a Sema cumpra com seu papel como órgão ambiental de estabelecer, de estudar a área, respeitando as comunidades tradicionais. Na minuta do edital diz que a Laguna dos Patos é um vazio demográfico, com baixo adensamento populacional e isso é uma mentira. Salienta que tem instrumentos estratégicos que estão presentes na política nacional de meio ambiente, na política nacional de gerenciamento costeiro, existe avaliação estratégica ambiental, avaliação de impactos cumulativos e sinérgicos, tem toda uma barreira de parques eólicos sendo previstos para restinga da Lagoa dos Patos, para a costa do Rio Grande do Sul. Será que é o melhor fim à Lagoa dos Patos ser privatizada? **Resposta:** Sobre o vazio demográfico, se observarmos qualquer satélite agora, como Google Maps ou Google Earth, veremos que existe este vazio em várias áreas e há um estudo da equipe do patrimônio do Estado do RS que fez visitas de campo e trouxe isso para dentro do processo. Chamado o **Sr. Ivan Kuhn**, manifesta preocupação com o espaço da Laguna





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA

dos Patos, que já é bastante disputado pelos pescadores e porque não foram consultados os fóruns e as colônias, não foi apresentado o projeto. Como ele irá se instalar? Existem muitas dúvidas, pois não sabemos o que ocorrerá no futuro. Somente na parte baixa da Lagoa em Arambaré existem 2.600 pescadores licenciados para pesca de espécies controladas. A partir de 1º de fevereiro a 31 de maio, se somam mais pescadores de outras espécies. **Resposta:** Essas questões já foram respondidas anteriormente. Chamado o **Sr. Luiz Gautério**, manifesta posição contrária ao formato da audiência pública. A OIT 169 está sendo desrespeitada e existem milhares de pescadores gaúchos de todas as colônias que se somam à colônia Z2. O licenciamento ambiental está tornando-se um balcão de negócios, um instrumento para promoção da injustiça ambiental. **Resposta:** Observando-se o edital, percebe-se que todas as legislações devem ser respeitadas (legislação ambiental, lacustre, tráfego na lagoa, municipal). Há fala de que” o licenciamento é um balcão de negócios”, e eu desconheço essa afirmação. Compreende-se o contrário, o licenciamento é um grande instrumento de poder de polícia e de direito ordenador ao meio ambiente, garantindo direitos fundamentais como a participação, preservação do meio ambiente, e este é um direito previsto no art. 225 da CF. Além disto, amplia os princípios da precaução e da prevenção. Chamado o **Sr. Ederson Silva**, reclama do formato da audiência pública e sugere que a mesma seja nula. Salienta a falta da participação dos pescadores no GT constituído pelo estado para discutir o tema da energia eólica. **Resposta:** Quanto ao formato da audiência pública e participação dos pescadores, ambos os assuntos já foram respondidos. Chamado o **Sr. Matheus Noronha**, parabeniza o Rio Grande do Sul e a SEMA/RS pela realização dessa consulta pública para Concessão de Uso Público para instalação de parque eólico na região da Laguna dos Patos. Ressaltamos que esta iniciativa é relevante para o desenvolvimento da eólica Offshore, considerando os contextos ambientais, sociais e fomentando a discussão no setor. Dentro da associação ABEEólica possuem um grupo de trabalho que visa as discussões de energia eólica offshore para deliberar o amplo potencial da regiões do Brasil, especificamente nas regiões sul, norte e nordeste, fomentando a criação de empregos. O estado, de acordo com o mapa da região, possui condições técnicas para implantação do projeto. O GT protocolará os questionamentos até o final do dia, no sentido do refinamento do edital em relação a documentos de autorização, escopo dos órgãos competentes, loteamento dos projetos e obrigatoriedade da concessionária e concedente. Quanto à manifestação escrita formulada pela Sra. **Lilian Sanders**, a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, assim se manifesta: **Resposta:** Obrigado pela sua colaboração. A contribuição enviada foi registrada na consulta pública. Os estudos a serem desenvolvidos na primeira fase do projeto – que durará por até quatro anos – contemplarão este tema, inclusive como um critério ambiental a ser avaliado. Contudo, existem outros estudos que demonstram que existem evidências limitadas de que os peixes são influenciados pelo campo eletromagnético que os cabos subaquáticos dos aerogeradores geram. O estudo de Oyama Douglas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA**

Queiroz de Oliveira Filho, por exemplo, feito junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Pernambuco cita farta bibliografia: ‘A experiência dos parques eólicos de Vindeby (Dinamarca), Figura 7, e Ijsselmeer (Holanda), por exemplo, sugere que eles tiveram um efeito positivo sobre as populações de peixes. Ambos os parques eólicos têm fundação tipo base de gravidade, que atuam como recifes artificiais para organismos que vivem no fundo do mar, aumentando assim a quantidade de alimentos disponíveis para os peixes. Fundações monopilares serão menos eficazes como recifes artificiais e, portanto, algumas conclusões podem ser extraídas da experiência destes primeiros projetos. Pouco se sabe sobre o efeito do ruído subaquático e da vibração na vida marinha. A informação disponível sugere que o ruído subaquático gerado pelos parques eólicos offshore será na mesma faixa de frequências que fontes existentes, tais como navios de transporte, vento e ondas. Também convém notar que um critério do projeto de uma turbina offshore e da sua estrutura de apoio é evitar a ressonância, a fim de prolongar a vida útil da máquina (IZAGUIRRE, 2010).’.

IZAGUIRRE, Z. F. Offshore Wind Energy - Technical aspects and feasibility study of offshore on Spanish coasts. Catalunya: Universitat Politècnica de Catalunya, 2010. 156 p. Dissertação.”.

Ao fim das manifestações orais, o Sr. Juliano Heinen, declarou um intervalo de 15 min e após este intervalo iniciaram-se as respostas aos questionamentos, as quais nesta ata foram agrupadas no formato de perguntas e respostas. Em seguida, a mesa diretora, sob a coordenação do Sr. Secretário Adjunto Guilherme de Souza deu início aos encaminhamentos pós intervalo e passou a palavra ao Sr. Juliano Heinen, que passou a exposição de esclarecimentos em relação às questões abordadas pelas manifestações dos presentes interessados, as quais já foram transcritas na forma de resposta nesta ata. O Sr. Juliano informou que todas as questões, eventualmente não respondidas, posteriormente estarão disponíveis no site da sema. O Sr. Guilherme de Souza, presidente da mesa, passou a palavra ao Sr. Eberson José Thimmig Silveira o qual manifestou que o Rio Grande do Sul sempre foi um protagonista nas questões das energias renováveis, sendo que já temos dois atlas demonstrando o potencial de energia eólica e aproveitamento desta fonte. O estado tem uma matriz que é 81% renovável e 20% é composta por fonte eólica e temos a energia solar crescendo nos últimos anos. O Rio Grande do Sul tem o maior potencial eólico dos estados brasileiros e importa 30% da energia que consome. Temos uma preocupação de ampliar nossa matriz para quem sabe sermos exportadores de energia e manter essa vocação com a energia eólica. Nós temos vários projetos em terra e no Brasil e no mundo tem havido um crescimento da eólica no mar, que é a modalidade offshore. Então, alinhados com esse crescimento, temos essa alternativa e estamos abrindo uma consulta pública para exploração das lagoas e temos 05 projetos cadastrados no IBAMA para aproveitamento do mar e a eólica na laguna é uma questão que está sendo discutida agora, neste momento. A Laguna tem perfil d’água e poucos impactos na questão do vento, a lâmina d’água é muito uniforme e impacta menos na questão do vento. Quanto às dúvidas sobre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SEMA**

alteração da direção do vento, ela irá extrair a energia do vento e transformar em energia mecânica e elétrica e atrás dessa turbina terá o fluxo de vento que irá perder potência até conseguir se recuperar. No entanto, todas as outras atividades dentro da laguna serão estudadas no edital, nada vai sair se não houver conformidade com a capitania de portos. Então, não tem mudança de vento, é a que convive melhor com outras atividades econômicas. O Sr. Guilherme Souza informou que foram mais de 60 pessoas inscritas para contribuições orais e todas foram convidadas para entrar na sala virtual, sendo possível responder a grande maioria dos pontos abordados, prezando pela transparência e ouvindo os mais diversos seguimentos da sociedade civil. Foram proferidos agradecimentos e a mesa diretora declarou encerrada a audiência pública. A presente ata foi lavrada com base na degravação dos registros da cerimônia realizada em 21 de janeiro de 2022, motivo pelo qual vai abaixo assinada pelo Presidente da Mesa Diretora e pelos demais representantes do Estado do Rio Grande do Sul.

**Guilherme Souza**

Subsecretário do Estado da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

**Juliano Heinen**

Coordenador Setorial da Procuradoria-Geral do Estado

**Eberson José Thimmig Silveira**

Diretor do Departamento de Energia da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura



Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Guilherme de Souza	SEMA / GABSEC / 386058202	31/01/2022 15:03:38
Juliano Heinen	SEMA / GABINETE / 294269002	31/01/2022 15:15:06
Eberson José Thimming Silveira	SEMA / DE / 243067305	31/01/2022 15:35:58

